



Chancelaria do Arcebispado

Livro I dos Atos do Governo

Prot.: 231 / 2020



**PLANO DE TRABALHO**  
**PLANO DE TRABALHO**  
**ARQUIDIOCESE DE MARIANA**

**1 - Dados Cadastrais**

Órgão / Organização da Sociedade Civil (Convenente) Arquidiocese de Mariana		CNPJ Nº 16.855.611/0001-51		
Endereço Rua Direita, 102				
Cidade Mariana	UF MG.	C.E.P 35.420-000	Telefone 3557-1237	E-mail <a href="mailto:juridico.archidiocese@yahoo.com.br">juridico.archidiocese@yahoo.com.br</a>
Nome do Responsável: Dom Airton José dos Santos	CPF 937.789.968-00	C.I. 988.5209-7 SSS/SP	CARGO Arcebispo Metropolitano	
Endereço do Responsável Rua Direita, 102		CEP 35.420-000	Telefone de Contato (31)3557-1237	

**2 - Descrição do Projeto/Objeto**

Título do Projeto: <b>NOS PASSOS DE DOM VIÇOSO UMA CAMINHADA DE FÉ (Caminho Religioso)</b>	Período de execução (Início e Término) 01.07.2020 – 31.12.2020 (06 meses)
Identificação do Objeto: Implantação de um caminho religioso entre o Santuário do Caraça (Catas Altas) e Mariana (Cartuxa de Dom Viçoso), por onde inúmeras vezes passou Dom Antônio Ferreira Viçoso, 7º. Bispo de Mariana.	
Justificativa da Proposição: Dom Antônio Ferreira Viçoso, Dom Viçoso, natural de Peniche – Portugal, 7º. Bispo de Mariana entre os anos de 1844 e 1878, foi uma das figuras mais influentes no Brasil no Século XIX. Seus ensinamentos, seus escritos, suas obras, mereceram e ainda merecem estudos e teses por historiadores e estudiosos de todo o Brasil e fora dele. Mesmo com toda sua sapiência, Dom Viçoso foi um homem extremamente humilde. Preferia, sempre que podia ou que os seus ofícios lhe permitiam, recolher-se na simplicidade da Casinha da Cartuxa, no alto da montanha que assim ficou batizada em Mariana, numa referência à Ordem dos Cartuxos de Portugal.	



Lutou contra a escravidão; defendeu a Igreja; reformou o Clero; santificou o Povo Cristão. Exerceu obras de Caridade. Em Mariana, trouxe as Irmãs Vicentinas da França, para a criação e fundação do “Colégio Providência”, o primeiro instituto de ensino aberto à formação feminina em Minas Gerais. Morreu em fama de santidade. O seu corpo descansa na cripta da Catedral. Sua fama de santidade fez nascer o processo de sua beatificação, já em adiantada fase na Santa Sé, em Roma. Dom Viçoso já é considerado venerável pela Igreja.

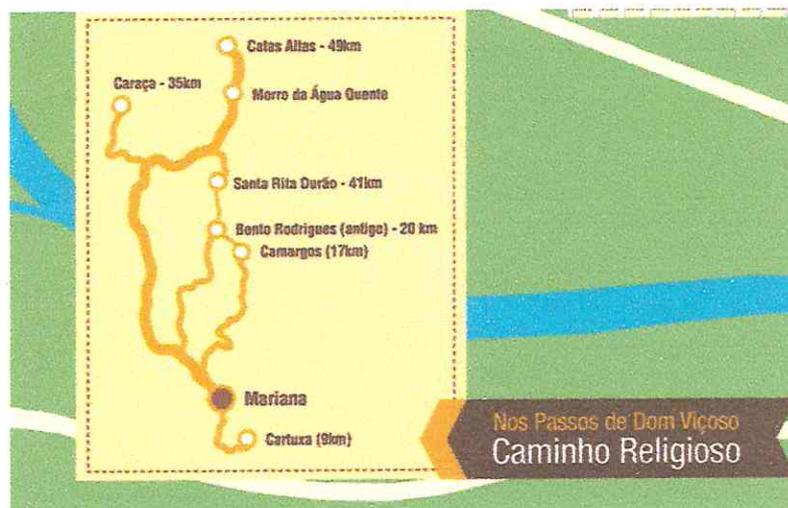
Cidades têm nome em sua homenagem (Viçosa e Dom Viçoso, em Minas); muitas ruas inclusive uma rua em Belo Horizonte também o homenageia. Em Portugal, um vinho com o nome Dom Viçoso. Em sua terra natal (Peniche - Portugal), uma Praça com o título “Largo do Bispo de Mariana”.

Um seu conterrâneo (Mariano Callado) em nossos tempos assim escreveu: “Peniche, o berço de um Grande Homem; Mariana, o repouso de um Gigante”!

Fundador do Colégio do Caraça, Dom Viçoso, Padre da Congregação da Missão (Lazarista), foi nomeado Bispo de Mariana em 1844 e exerceu o seu Pastoreio com grande fecundidade.

O projeto propõe-se a criar um caminho religioso (Uma caminhada de Fé), refazendo o mesmo trecho pelos quais Dom Viçoso passou para vir do Caraça (Catas Altas) até Mariana, à sua Cartuxa.

Além de se tornar um “Caminho Religioso” com forte vocação para o “Turismo Religioso”, a sua implantação dará maior força ao Processo de Beatificação do Bispo de Mariana, uma glória sem fim para a nossa Cidade e Arquidiocese. Isto sem sombra de qualquer dúvida, fomentará um expressivo aumento do turismo religioso em nossa cidade e conduzirá a investimentos, especialmente na região da Cartuxa e nos Distritos de Santa Rita Durão e de Camargos.



<p><b>Público Alvo:</b> Toda a Comunidade de Mariana e região. Mais à frente, Minas Gerais e o Brasil, como um todo.</p>	<p>Número Estimado 500 (no primeiro ano)</p>	<p>Nº Estimado para os próximos: 1.000 (por ano)</p>
--	--	--

2



### 3 - Plano de Aplicação e Cronograma de Desembolso (em reais)

O repasse total será de R\$ 370.000,00 (trezentos e setenta mil reais) e será utilizado nos seguintes itens abaixo mencionados:

DESCRIÇÃO	PRAZO DE EXECUÇÃO	DE	VALOR
Reuniões sobre o Projeto, envolvendo a Paróquia, Seminário do Caraça, Secretaria de Cultura de Mariana e Catas Altas.	01.07.2020 31.07.2020	a	-00-
Criação da Logomarca de identificação do Projeto e Manual de Aplicação.	Até 31.07.2020		R\$ 7.000,00
Pesquisa e mapeamento de roteiro campestre e histórico do Caraça até a Cartuxa, com simbologia adequada, distâncias exatas, descritivo dos trechos, gráfico de altimetria, localização das vias de acesso e resgate.	Até 31.08.2020		R\$ 133.200,00
Levantamento de pontos de apoios para os peregrinos ao longo do roteiro (pousadas, fazendas, hospedarias familiares e outros serviços). Levantamento do potencial e atividades econômicas já existentes no roteiro	Até 31.08.2020		R\$52.000,00
Levantamento de pontos do roteiro onde haverá necessidade de benfeitorias para adequação do trajeto (pequenas pontes de madeira, limpeza de trilhas, abertura de acessos, construção de porteiras, etc.) Publicação do roteiro digital para GPS.	Até 31.08.2020		R\$36.800,00
Criação de hot site e de folder informativo e promocional (roteiro, altimetria, história, dicas, pontos de apoio, telefones úteis, cuidados com a natureza).	Até 30.09.2020		R\$ 37.000,00
Sinalização do roteiro, com confecção e instalação de placas indicativas e informativas.	Até 31.12.2020		R\$ 104.000,00
Total			<b>R\$ 370.000,00</b>

### 4 – Contrapartidas:

A Arquidiocese de Mariana, sempre ofereceu à cidade de Mariana, sua relevante contribuição no fomento ao turismo, com a manutenção de suas Igrejas abertas à visitação; com a criação e sustentação do Museu de Arte Sacra, do Museu da Música, do Arquivo Eclesiástico da Arquidiocese de Mariana. Pode-se afirmar, sem sombra de dúvida, que durante muitos e muitos anos, os atrativos turísticos de Mariana estavam concentrados nestas ofertas da Arquidiocese de Mariana, proponente do presente projeto.



Não obstante a isso, especificadamente com relação ao projeto que se apresenta, a Arquidiocese de Mariana, entende que proporcionará um expressivo aumento da atratividade turística em Mariana, além de fomentar a economia local em Mariana (sede) e nos Distritos de Santa Rita Durão e Camargos.

O Projeto prevê o pernoite nestas duas Comunidades. Treinamentos serão ofertados aos Moradores de Santa Rita Durão e de Camargos, preparando-os para a acolhida, no sistema de “pousada familiar”, aos peregrinos. Consequentemente, os peregrinos farão suas refeições (café, almoço e ou jantar) nestas residências, contribuindo para a melhoria da renda das pessoas do lugar.

Paralelamente à instalação do “Caminho Religioso”, a Arquidiocese promoverá encontros, palestras e educação patrimonial, sobre o zelo e cuidado com o patrimônio público, seja histórico ou não, melhorando o nível de informação das pessoas de cada lugar.

Não se pode, por fim, perder de vistas de que “Dom Viçoso” poderá daqui a algum tempo, ser reconhecido “Santo” pela Igreja Católica, o que tornará este caminho ainda mais frequentado, aumentando ainda mais o fluxo de turistas na cidade e contribuindo para a melhoria das rendas dos moradores de Mariana, de Santa Rita Durão e de Camargos e região da Cartuxa.

## **5 – Objetivos, Metas e Resultados**

### **Objetivos:**

Restabelecer o caminho de peregrinação de Dom Viçoso, entre o Caraça e a Cartuxa em Mariana, com a implantação de “Nos Passos de Dom Viçoso” – Uma Caminhada de Fé, contribuindo para a Causa de Beatificação de Dom Viçoso e incrementando o turismo religioso na região, com expectativa de grande movimentação da economia.

### **Meta (s):**

Dotar a cidade de Mariana, dentro de sua vocação natural de religiosidade, de um circuito atrativo tal qual existe em vários outros pontos do mundo (São Thiago de Compostela, por exemplo).

### **Resultado:**

Espera-se a consolidação do “Caminho Religioso” com uma função de perpetuidade.



## 6 – Monitoramento e Avaliação

- Utilizar exclusivamente os recursos recebidos de conformidade com o Plano de Trabalho aprovado pela Secretaria de Cultura, Patrimônio Histórico, Turismo, Esporte e Lazer;
- Manter os recursos recebidos em conta bancária específica em agência da CAIXA ou BRASIL, permitindo débitos somente para pagamentos de despesas previstas no Plano de Trabalho;
- Arcar com quaisquer ônus de natureza trabalhista, previdenciária ou social, bem como com todos os ônus tributários e extraordinários, caso decorrentes da execução;
- Comprar os materiais necessários com as devidas notas fiscais ou nf avulsa retirada na Receita Municipal;
- Registrar o evento através de fotografias, guardar arquivos de divulgação em jornais e internet e também recolher depoimentos para a prestação de contas;

## 7 – DECLARAÇÃO

Na qualidade de representante legal da **ARQUIDIOCESE DE MARIANA**, declaro, para fins de prova junto a Prefeitura de Mariana, para os efeitos e sob as penas da lei, que inexistente qualquer débito em mora ou situação de inadimplência com o tesouro ou qualquer outro órgão da Administração Pública, que impeça a transferência de recursos oriundos de dotações consignadas nos orçamentos deste Poder, na forma deste plano de trabalho.

Mariana, 15 de junho de 2020.

**Dom Airton José dos Santos**  
Arcebispo Metropolitano de Mariana





# PREFEITURA MUNICIPAL DE MARIANA

CEP 35.420-000 — ESTADO DE MINAS GERAIS

TERMO DE COLABORAÇÃO Nº 005/2020

*Desbloqueio e pagamento*

3557  
2404

## TERMO DE COLABORAÇÃO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE MARIANA E A ARQUIDIOCESE DE MARIANA.

Arquidiocese do Terceiro Setor  
Município de Mariana MG  
Folha: 129

O **MUNICÍPIO DE MARIANA**, inscrito no CNPJ nº 18.295.030/0001-44, com sede na Praça JK, s/nº, bairro Centro, Mariana/MG, neste ato representado pelo Vice-Prefeito Municipal, Newton Geraldo Xavier Godoy Junior, brasileiro, casado, portador do CPF nº 230.974.856-00 e RG nº MG-561.904, residente e domiciliado nesta Cidade e a **ARQUIDIOCESE DE MARIANA**, inscrita no CNPJ nº 16.855.611/0001-51, com sede na Rua Direita, nº 102, bairro Centro, Mariana/MG, aqui representada pelo Reverendíssimo Arcebispo Dom Airton José dos Santos, portador da Carteira de Identidade nº 9885209 SSP/SP, CPF nº 937.789.968-00, RESOLVEM celebrar o presente **TERMO DE COLABORAÇÃO**, com fundamento na Lei Federal nº 13.019 de 31 de Julho de 2014 e, sujeitando-se, no que couber às normas contidas na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, mediante as seguintes cláusulas e condições:

### CLÁUSULA PRIMEIRA – DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

O presente TERMO DE COLABORAÇÃO se fundamenta nas disposições da Lei nº 13.019, de 2014, na Lei Municipal nº 3.318, de 27/12/2019 que dispõe sobre a Lei Orçamentária para o exercício de 2020. Esse Termo de baseia nas informações contidas no Processo Administrativo PRO nº 3842/2020.

### CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO

Constitui objeto do presente TERMO DE COLABORAÇÃO a concessão de apoio financeiro à PROPONENTE para implantação do Projeto “*Nos Passos de Dom Viçoso – Uma Caminhada de Fé*”, que consiste restabelecer o caminho de peregrinação de Dom Viçoso, entre o Santuário do Caraça (Catas Altas) e a Cartucha de Dom Viçoso (Mariana), conforme definido em Plano de Trabalho anexo, parte integrante deste instrumento independentemente de transcrição.

### CLÁUSULA TERCEIRA – DAS COMPETÊNCIAS

As atividades alusivas ao objeto deste TERMO DE COLABORAÇÃO serão executadas pelo PROPONENTE sob supervisão da SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, PATRIMÔNIO HISTÓRICO, TURISMO, ESPORTES E LAZER que realizará o controle e fiscalização por meio do Secretário EFRAIM LEOPOLDO ROCHA, inscrito (a) no CPF sob o nº 518.555.696-04, designado (a) como GESTOR (A) do instrumento, ao (à) qual compete realizar todas as atividades previstas na Lei nº 13.019, de 2014, em especial nos seus artigos 61 e 62.

§ 1º - O acompanhamento da execução será realizado tendo como base o cronograma de execução e o desembolso dos recursos previsto no Plano de Trabalho.

§ 2º - A fiscalização deste TERMO DE COLABORAÇÃO será realizada pelo Sr (a) ADEUZI BATISTA FILHO, inscrito (a) no CPF sob o nº 668.475.756-20 e ANDREA CRISTINA UMBELINO, inscrito (a) no CPF sob o nº 072.391.096-07, designados como FISCALIS.

§ 3º - Ficam reservados à SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, PATRIMÔNIO HISTÓRICO, TURISMO, ESPORTES E LAZER os direitos de assunção, a qualquer tempo, do objeto do presente TERMO DE COLABORAÇÃO, assim como da transferência de responsabilidade sobre aquele, no caso de paralisação das atividades ou da ocorrência de fato relevante que venha a prejudicar-lhe o andamento, de modo a evitar a descontinuidade do projeto.

### CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES:

Para a consecução dos objetivos deste TERMO DE COLABORAÇÃO, assumem as partes as seguintes obrigações:

#### I – DO MUNICÍPIO DE MARIANA, através da SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, PATRIMÔNIO HISTÓRICO, TURISMO, ESPORTES E LAZER:

- a) Depositar, em conta específica do PROPONENTE os recursos financeiros previstos para a execução do supramencionado projeto, no valor de **R\$ 370.000,00 (trezentos e setenta mil reais)**, na forma estabelecida no Cronograma de Desembolso constante no Plano de Trabalho;

*[Handwritten signatures and marks]*



# PREFEITURA MUNICIPAL DE MARIANA

CEP 35.420-000 — ESTADO DE MINAS GERAIS

Comissão de Licitação  
Folha: 130  
Município de Mariana

- b) Emitir relatório técnico de monitoramento e avaliação da parceria e o submeter à comissão de monitoramento e avaliação designada, que o homologará independentemente da obrigatoriedade de apresentação da prestação de contas devida pela organização da sociedade civil;
- c) Analisar o Relatório de Execução Físico-Financeira e a Prestação de Contas oriunda da execução deste TERMO DE COLABORAÇÃO, no prazo de até 60 (sessenta) dias após a apresentação dos ditos documentos;
- d) Acompanhar as atividades de execução, avaliando os seus resultados e reflexos;
- e) Analisar as propostas de reformulações do Plano de Trabalho, desde que apresentadas prevalentes, por escrito, acompanhadas de justificativa e que não impliquem na alteração do objeto apoiado;
- f) Prorrogar de ofício a vigência do TERMO DE COLABORAÇÃO sempre que houver atraso na liberação dos recursos pactuados, independentemente de solicitação;
- g) Supervisionar e assessorar o PROPONENTE, bem como exercer fiscalização na execução do projeto;
- h) Fornecer ao PROPONENTE, normas e instruções para prestação de contas dos recursos financeiros transferidos, bem como dos recursos da contrapartida e aplicados na consecução do objeto deste TERMO DE COLABORAÇÃO;
- i) Definir o destino dos bens remanescentes após o fim da execução do TERMO DE COLABORAÇÃO, celebrando TERMO DE DOAÇÃO, caso solicitado pelo PROPONENTE, por meio de ofício, cuja autorização ficará a critério da Administração Pública;

## II – DO PROPONENTE:

- a) Abrir conta específica para que a SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, PATRIMÔNIO HISTÓRICO, TURISMO, ESPORTES E LAZER efetue o depósito dos recursos, unicamente para consecução do objeto deste TERMO DE COLABORAÇÃO e em conformidade com o Plano de Trabalho;
- b) Manter escrituração contábil regular;
- c) Divulgar, em seu sítio eletrônico, caso mantenha, e em locais visíveis de suas sedes sociais e dos estabelecimentos em que exerça suas ações, todas as parcerias celebradas com o poder público, contendo, no mínimo, as informações requeridas no parágrafo único do art. 11 da Lei nº 13.019, de 2014;
- d) Assumir a responsabilidade com despesas de taxas e serviços bancários, bem como as decorrentes de juros e multas, sendo vedado o uso dos recursos transferidos pela SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, PATRIMÔNIO HISTÓRICO, TURISMO, ESPORTES E LAZER para esse fim;
- e) Garantir os recursos humanos e materiais necessários para a execução do objeto do presente termo, sendo vedada a utilização dos recursos recebidos da SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, PATRIMÔNIO HISTÓRICO, TURISMO, ESPORTES E LAZER ou aqueles correspondentes à sua contrapartida, em finalidade diversa da estabelecida neste TERMO DE COLABORAÇÃO;
- f) Prestar contas da boa e regular aplicação dos recursos recebidos no prazo de até 30 (trinta) dias a partir do término da vigência da parceria ou no final de cada exercício, se a duração da parceria exceder um ano, nos termos da Lei nº 13.019, de 2014;
- g) Responsabilizar-se por todos os encargos decorrentes da execução deste TERMO DE COLABORAÇÃO, inclusive os trabalhistas, previdenciários, sociais, fiscais, comerciais, contribuições sindicais, dentre outros;
- h) Remunerar eventuais profissionais envolvidos no projeto respeitando o piso salarial da categoria;
- i) Devolver o saldo dos recursos não utilizados, inclusive os rendimentos da aplicação financeira, à SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, PATRIMÔNIO HISTÓRICO, TURISMO, ESPORTES E LAZER no prazo de

10. 4



# PREFEITURA MUNICIPAL DE MARIANA

CEP 35.420-000 — ESTADO DE MINAS GERAIS

Comissão do Terceiro Setor  
Folha: 131  
Município de Mariana MG

30 (trinta) dias da conclusão da vigência, extinção, denúncia ou rescisão do presente TERMO DE COLABORAÇÃO;

- j) Garantir os meios e as condições necessárias para que os técnicos da SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, PATRIMÔNIO HISTÓRICO, TURISMO, ESPORTES E LAZER e os auditores do Controle Interno do Poder Executivo Municipal tenham livre acesso a todos os atos e fatos relacionados direta ou indiretamente ao instrumento pactuado, quando em missão de fiscalização ou auditoria, prestando todas e quaisquer informações solicitadas;
- k) Apresentar relatório final explicitando as repercussões do projeto objeto deste TERMO DE COLABORAÇÃO;
- l) Vedar pagamento de gratificação ou remuneração por serviços de consultoria, assistência técnica ou serviços assemelhados, a servidor que pertença aos quadros de órgãos ou entidades da Administração Pública Federal, Estadual ou Municipal que esteja ativo;
- m) Restituir à SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, PATRIMÔNIO HISTÓRICO, TURISMO, ESPORTES E LAZER o valor transferido, atualizado monetariamente desde a data do recebimento, acrescido dos juros legais, na forma da legislação aplicável aos débitos para com a Fazenda Pública Municipal, nos seguintes casos:
  - I – Quando não for executado o objeto do TERMO DE COLABORAÇÃO;
  - II – Quando não for apresentada, no prazo exigido, a prestação de contas, ou quando esta for reprovada, incidindo a devolução sobre os valores reprovados;
  - III – Quando os recursos forem utilizados em finalidade diversa da estabelecida no TERMO DE COLABORAÇÃO ou fora de seu prazo de vigência;
  - IV – Nos demais casos previstos na Lei nº 13.019, de 2014.
- n) Prestar contas à SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, PATRIMÔNIO HISTÓRICO, TURISMO, ESPORTES E LAZER dos recursos referentes a todo orçamento do projeto aprovado, comprovando-o por meio de faturas, notas fiscais, dentre outros documentos hábeis a comprovar os gastos ou despesas realizadas, inclusive, recolhimento dos encargos sociais incidentes, se houver;
- o) Não realizar despesas a título de taxa de administração, de gerência ou similar, bem como com taxas bancárias, multas, impostos, juros ou atualização monetária, referentes a pagamentos ou recolhimentos efetuados fora dos prazos de vigência deste instrumento;
- p) Não realizar despesas em data anterior ou posterior à vigência deste TERMO DE COLABORAÇÃO;
- q) Não realizar despesas com publicidade, salvo as de caráter educativo, informativo ou de orientação social, das quais não constem nomes, símbolos ou imagem que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos;
- r) Veicular e inserir o nome e os símbolos oficiais do Governo Municipal/Secretaria em toda a divulgação relativa ao projeto incentivado;
- s) Garantir o livre acesso dos agentes da SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, PATRIMÔNIO HISTÓRICO, TURISMO, ESPORTES E LAZER e do Controle Interno do Município aos documentos e informações relacionadas ao presente TERMO DE COLABORAÇÃO, bem como aos locais de execução do respectivo objeto;
- t) Não se enquadrar nas situações abaixo elencadas, durante todo o período de vigência deste TERMO DE COLABORAÇÃO:
  - I – não esteja regularmente constituída ou, se estrangeira, não esteja autorizada a funcionar no território nacional;
  - II - esteja omissa no dever de prestar contas de parceria anteriormente celebrada;

*[Handwritten signatures and initials]*



# PREFEITURA MUNICIPAL DE MARIANA

CEP 35.420-000 — ESTADO DE MINAS GERAIS



III – tenha como dirigente membro de Poder ou do Ministério Público, ou dirigente de órgão ou entidade da administração pública municipal, estendendo-se a vedação aos respectivos cônjuges ou companheiros, bem como parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau;

IV – tenha tido as contas rejeitadas pela administração pública nos últimos cinco anos, exceto se:

- a) For sanada a irregularidade que motivou a rejeição e quitados os débitos eventualmente imputados;
- b) For reconsiderada ou revista a decisão pela rejeição;
- c) A apreciação das contas estiver pendente de decisão sobre recurso com efeito suspensivo;

V – tenha sido punida com uma das seguintes sanções, pelo período que durar a penalidade:

- a) Suspensão de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração;
- b) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública;
- c) A prevista no inciso II do art. 73 da Lei nº 13.019, de 2014;
- d) A prevista no inciso III do art. 73 da Lei nº 13.019, de 2014;

VI – tenha tido contas de parceria julgadas irregulares ou rejeitadas por Tribunal ou Conselho de Contas de qualquer esfera da Federação, em decisão irrecurável, nos últimos 08 (oito) anos.

VII – tenha entre seus dirigentes pessoa:

- a) Cujas contas relativas a parcerias tenham sido julgadas irregulares ou rejeitadas por Tribunal de Contas de qualquer esfera da Federação, em decisão irrecurável, nos últimos 08 (oito) anos);
- b) Julgada responsável por falta grave e inabilitada para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança, enquanto durar a inabilitação;
- c) Considerada responsável por ato de improbidade, enquanto durarem os prazos estabelecidos nos incisos I, II e III do art. 12 da Lei nº 8.429, de 02 de julho de 1992.

## CLÁUSULA QUINTA – DA VIGÊNCIA

O presente TERMO DE COLABORAÇÃO entra em vigor a partir de **20 de julho de 2020** e terá duração até **31 de dezembro de 2020**.

§ 1º - A vigência da parceria poderá ser alterada mediante solicitação da PROPONENTE, devidamente formalizada e justificada, a ser apresentada a SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, PATRIMÔNIO HISTÓRICO, TURISMO, ESPORTES E LAZER em, no mínimo, 30 (trinta) dias antes do fim da vigência prevista nessa Cláusula.

§ 2º - A prorrogação de ofício da vigência do presente TERMO DE COLABORAÇÃO deve ser feita pela SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, PATRIMÔNIO HISTÓRICO, TURISMO, ESPORTES E LAZER quando ela der causa ao atraso na liberação de recursos financeiros, limitada ao exato período do atraso verificado.

## CLÁUSULA SEXTA – DOS RECURSOS E DA CONTA BANCÁRIA

Para a execução do objeto deste TERMO DE COLABORAÇÃO, dá-se o valor global de **R\$ 370.000,00 (trezentos e setenta mil reais)**, oriundos dos recursos financeiros da SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, PATRIMÔNIO HISTÓRICO, TURISMO, ESPORTES E LAZER, na dotação orçamentária nº **2401.13.392.0016.0.151-335041 1100 ficha 641**, que serão depositados em conta bancária específica.

§ 1º - Os recursos financeiros liberados serão mantidos em conta bancária específica aberta pelo (a) PROPONENTE na Instituição Financeira **Caixa Econômica Federal – Agência 1701 – Operação 003 – Conta 2718-7**.

§ 2º - A creditação dos valores está condicionada à apresentação, pelo PROPONENTE, dos dados da supramencionada conta específica, que deve ser entregue à SECRETARIA MUNICIPAL CULTURA, PATRIMÔNIO HISTÓRICO, TURISMO, ESPORTES E LAZER por meio de ofício o qual fará parte integrante deste instrumento.

*[Handwritten signature]*



#### **CLÁUSULA SÉTIMA – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS**

A PROPONENTE fica obrigada a demonstrar à boa e regular aplicação dos valores recebidos, mediante detalhada prestação de contas e comprovação da execução do objeto, que deverá acontecer dentro do prazo de até 30 (trinta) dias do fim da vigência do TERMO DE COLABORAÇÃO.

§ 1º - A prestação de contas relativa à execução do TERMO DE COLABORAÇÃO dar-se-á mediante apresentação dos seguintes relatórios:

I – relatório de execução do objeto, contendo as atividades ou projetos desenvolvidos para cumprimento do objeto e o comparativo de metas propostas com os resultados alcançados;

II – relatório de execução financeira do TERMO DE COLABORAÇÃO, com a descrição das despesas e receitas efetivamente realizadas e sua vinculação com a execução do objeto, na hipótese de descumprimento de metas e resultados estabelecidos no plano de trabalho.

§ 2º - A SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, PATRIMÔNIO HISTÓRICO, TURISMO, ESPORTES E LAZER deverá considerar ainda, em sua análise, os seguintes relatórios elaborados internamente, quando houver:

I – Relatório de visita técnica *in loco* eventualmente realizada durante a execução da parceria;

II – Relatório técnico de monitoramento e avaliação, homologado pela comissão de monitoramento e avaliação designada, sobre a conformidade do cumprimento do objeto e os resultados alcançados durante a execução do TERMO DE COLABORAÇÃO.

§ 3º - A devolução de saldo remanescente de que trata a Cláusula Quarta, II, alínea “i” deverá ocorrer no prazo máximo de 30 (trinta) dias após o término da vigência ou a rescisão do instrumento, mediante recolhimento aos cofres públicos e por conta do PROPONENTE, observada a proporcionalidade dos recursos financeiros transferidos.

§ 4º - O descumprimento no disposto nesta cláusula determinará a inadimplência e abertura da Tomada de Contas Especial, além das sanções previstas na Lei nº 13.019, de 2014.

#### **CLÁUSULA OITAVA – DA RESCISÃO E DAS SANÇÕES**

Na hipótese de descumprimento por parte do PROPONENTE, de quaisquer das obrigações definidas neste instrumento ou em seus aditamentos e na ausência de justificativa, estará ela sujeita às sanções previstas na Lei nº 13.019, de 2014, em especial no art. 73.

§ 1º - O presente TERMO DE COLABORAÇÃO poderá ser:

I – denunciado a qualquer tempo, ficando os partícipes responsáveis somente pelas obrigações e auferindo as vantagens do tempo em que participaram voluntariamente da avença, respeitado o prazo mínimo de 60 (sessenta) dias de antecedência para a publicidade dessa intenção;

II – rescindido, independentemente de prévia notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, nas seguintes hipóteses:

- a) Utilização dos recursos em desacordo com o Plano de Trabalho;
- b) Inadimplemento de quaisquer das cláusulas pactuadas;
- c) Constatação, a qualquer tempo, de falsidade ou incorreção em qualquer documento apresentado; e
- d) Verificação da ocorrência de qualquer circunstância que enseje a instauração de Tomada de Contas Especial.

#### **CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES SOCIAIS**

Todas as obrigações sociais, fiscais, previdenciárias, trabalhistas e tributárias oriundas da execução e aplicação deste TERMO DE COLABORAÇÃO serão de total responsabilidade do PROPONENTE, ficando excluída qualquer responsabilidade solidária ou subsidiária do MUNICÍPIO DE MARIANA.

TH. H. X



# PREFEITURA MUNICIPAL DE MARIANA

CEP 35.420-000 — ESTADO DE MINAS GERAIS

Comissão do Terceiro Setor  
Folha: 134  
9  
Município de Mariana MG

## CLÁUSULA DÉCIMA – DA PUBLICAÇÃO

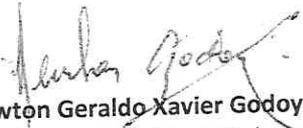
Para que produza seus efeitos jurídicos, o extrato deste TERMO DE COLABORAÇÃO deverá ser levado à publicação, pelo MUNICÍPIO, no Diário Oficial Eletrônico – DOEM.

## CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO FORO

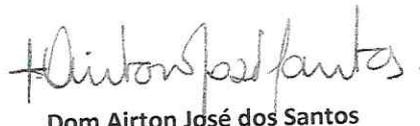
Fica eleito o foro da Comarca de Mariana, Minas Gerais, para dirimir quaisquer dúvidas ou litígios oriundos do presente TERMO DE COLABORAÇÃO, sendo obrigatória a prévia tentativa de solução administrativa do caso, com a participação da Procuradoria Geral do Município.

As partes obrigam-se ao total e irrenunciável cumprimento dos termos do presente TERMO DE COLABORAÇÃO, o qual lido e achado conforme, foi lavrado em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, para que, na presença das 02 (duas) testemunhas que também o assinam, produza seus jurídicos e legais efeitos.

Mariana, 20 de julho de 2020.

  
**Newton Geraldo Xavier Godoy**  
Vice-prefeito Municipal

  
**Efraim Leopoldo Rocha**  
Sec. Mun. de Cultura, Patrimônio Histórico, Turismo, Esportes e Lazer

  
**Dom Airton José dos Santos**  
Arcebispo da Arquidiocese de Mariana  
PROPONENTE

1 - \_\_\_\_\_  
NOME/CPF

2 - \_\_\_\_\_  
NOME/CPF



# PREFEITURA MUNICIPAL DE MARIANA

CEP 35.420-000 — ESTADO DE MINAS GERAIS

Comissão de Verificação  
Folha: 135  
Município de Mariana

TERMO ADITIVO ao TERMO DE COLABORAÇÃO 005/2020

**PRIMEIRO** Aditivo ao Termo de Colaboração nº 005/2020 que entre si celebram o **MUNICÍPIO DE MARIANA** e a **ARQUIDIOCESE DE MARIANA**, na forma abaixo:

O **MUNICÍPIO DE MARIANA**, Estado de Minas Gerais, inscrito no CNPJ sob o nº 18.295.303/0001-44 e Inscrição Estadual Isento, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Duarte Eustáquio Gonçalves Júnior, portador do CPF nº 042.714.956-89 e RG nº MG-11.108.100, residente e domiciliado nesta Cidade e a **ARQUIDIOCESE DE MARIANA**, inscrita no CNPJ nº 16.855.611/0001-51, com sede na Rua Direita, nº 102, bairro Centro, Mariana/MG, aqui representada pelo Reverendíssimo Arcebispo Dom Airton José dos Santos, portador da Carteira de Identidade nº 9885209 SSP/SP, CPF nº 937.789.968-00, **RESOLVEM**, firmar o presente aditivo ao TERMO DE COLABORAÇÃO nº 005/2020, cujo objeto é **IMPLANTAÇÃO DO PROJETO "NOS PASSOS DE DOM VIÇOSO – UMA CAMINHADA DE FÉ"**, conforme cláusulas abaixo:

## Cláusula Primeira - DO OBJETO

Fica alterado o § 1º, da Cláusula Sexta, do Termo originário, que passará a ter a seguinte redação:

### **CLÁUSULA SEXTA – .....**

**§ 1º - Os recursos financeiros liberados serão mantidos em conta bancária específica aberta pelo (a) PROPONENTE na Instituição Financeira Banco do Brasil S/A – Agência 2279-9 – Conta Corrente 45.737-X.**

**§ 2º - ....**

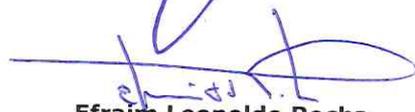
## Cláusula Segunda – DA RATIFICAÇÃO

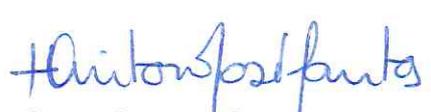
Permanecem mantidas, ratificadas e em pleno vigor todas as demais cláusulas e condições do Termo de Colaboração original, não alteradas pelo presente instrumento.

E por estarem assim justas e acertadas, assinam as partes o presente Termo Aditivo em 04 (quatro) vias de igual teor, para que surta seus efeitos jurídicos e legais.

Mariana, 11 de novembro de 2020.

  
**Duarte Eustáquio Gonçalves Júnior**  
Prefeito Municipal

  
**Efraim Leopoldo Rocha**  
Sec. Mun. de Cultura, Patrimônio Histórico, Turismo, Esportes e Lazer

  
**Dom Airton José dos Santos**  
Arcebispo da Arquidiocese de Mariana  
PROponente

Testemunhas: 1. \_\_\_\_\_

2. \_\_\_\_\_